



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU CIDADE DUTRA – CAPELA DO SOCORRO

DATA: 22 DE AGOSTO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 19ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamado de Lei de Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta audiência tratará da região Capela do Socorro.

- Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Eduardo Travassos, do Jardim das Imbuías.

O SR. EDUARDO TRAVASSOS – Bom dia. Eu sou empresário do ramo de construção, fui eu que lancei há 40 anos o Jardim das Imbuías. Comprei, com 20 anos, 1.280 lotes.

Venho falar sobre o Clube de Campo de São Paulo. Esse clube fraudou a licença ambiental, invadiu áreas públicas e eu tenho uma planta aqui da Subprefeitura de Capela do Socorro, que diz: linha aproximada que compreende a invasão do Clube de Campo de São Paulo. Nós temos ali uma faixa de 3 km x 100 m, são 300 mil metros quadrados na beira da Guarapiranga para uso de todos vocês, sem exceção. Não existe direito adquirido sobre a invasão de leito de via pública.

Então, eu gostaria de saber de Capela do Socorro, quando é que essas ruas serão liberadas para trânsito de todos vocês, sem exceção, para uso da área na frente do Clube de Campo de São Paulo, que é uma área que pertence à EMAE – Empresa Metropolitana de

Águas e Energia S.A. - de uso público. Pode entrar quem quiser, à hora que quiser, para fazer o que quiser.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença de Isabel Marques, assessora, representando o Deputado Estadual Antonio Goulart. Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o Sr. Mauro Scarpinatti, do Espaço de Formação, Assessoria e Documentação.

O SR. MAURO SCARPINATTI - Boa tarde, Sr. Presidente, Vereador Frange, demais componentes da Mesa. Boa tarde, senhoras e senhores.

Estou aqui novamente para fazer a leitura de um documento que está disponível no site www.espaco.org.br.

“A Região Metropolitana de São Paulo passa pela pior crise de abastecimento de água da história. É sabido que as áreas de proteção aos mananciais foram, e continuam sendo, destruídas por um perverso processo de ocupação predatória e ilegal, que reflete a marcha da especulação imobiliária que historicamente submete os interesses coletivos aos ganhos imediatos de uma pequena parcela da sociedade.

Com isso, nas últimas décadas a cidade vem perdendo suas áreas verdes de forma acelerada e, como consequência, a qualidade de vida é severamente afetada e não conseguimos resolver as demandas por moradia nem os clamores por mais parques e áreas verdes na cidade de São Paulo.

(...) Diante disso, Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais, pesquisadores, especialistas de diversas áreas do conhecimento vêm, a público, manifestar o desejo de construção de uma cidade inclusiva, democrática, sustentável e solidária.

Nesse sentido exigimos:

- Nenhuma Zona Especial de Proteção Ambiental a menos; todas as ZEPAMs

grafadas no PL 272 devem ser mantidas tais como estão;

- Nenhuma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS a menos; todas as ZEIS grafadas no PL devem ser mantidas, desde que não incidam sobre remanescentes de Mata Atlântica, Mata Ciliar, córregos e nascentes;

- Manutenção dos limites da Área Rural;

- Apontamento em mapa das Terras Indígenas;

- Aprimoramento do Capítulo que trata das Áreas Públicas e do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – o SAPAVEL;

- Ampliação das ZEPAMs nas áreas produtoras de água: Bacias do Guarapiranga, Billings, Capivari Monos e nas áreas inseridas na zona de amortecimento dos Parques Estaduais da Cantareira, Jaraguá e do entorno do Rodoanel Trecho Norte;

- Nenhum empreendimento com potencial gerador de impacto socioambiental nas áreas produtoras de água, remanescentes de Mata Atlântica e áreas com fragilidade geológica e geotécnica deve ser permitido, inclusive a infeliz proposta do Aeroporto de Parelheiros. Portanto, Aeroporto de Parelheiros, não.

Exigimos justiça socioambiental, qualidade de vida na cidade com água, áreas verdes e moradia para todos e todas.”

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Irineu Freire Santana, do Fórum de Moradores da Ilha do Bororé.

O SR. IRINEU FREIRE SANTANA – Bom dia a todos. Agradeço a presença da Mesa e dos presidentes dos movimentos sociais.

Minha proposta tem como base a tratativa de dois elementos muito fortes na prática das políticas públicas aqui na região da Capela do Socorro, que são: o meio ambiente e o desenvolvimento. Quando o desenvolvimento vestir uma roupa de sustentável, os dois

formarão um belo casal, um casal que parece se dar muito bem; às vezes brigam um pouco, às vezes se dão muito bem.

Eu quero colocar uma coisa levantada por Milton Santos: “Ou a gente trabalha as coisas, ou a gente trabalha as pessoas nas relações com as coisas”. Por quê? Porque o morador da Capela do Socorro, no meu caso, da Ilha do Bororé, é jogado na ilegalidade para ficar naquele velho esquema de desenvolvimento, para a gente com pouca grana morar lá nas quebradas, cada vez mais longe. Por quê? Porque o desenvolvimento vem e a gente é expulso.

Então, a minha proposta é que a habitação seja incisiva no Grajaú, porque, quanto mais tiver onde morar, a gente não vai grilar terra, para não virar instrumento de quem quer grilar suas próprias terras e mandar a gente para muito mais longe.

Outra questão é que tem que haver nas áreas de ecoturismo na Ilha do Bororé o desenvolvimento de uma economia de base comunitária, que tenha uma relação saudável com o meio ambiente, com os olhos-d’água. Isso é possível, mas falta investimento, estamos numa região em que para mecanizar uma rua, jogar umas pedras, tem que ter interferência de um vereador, porque a Prefeitura não tem verba para isso num lugar que seria necessário fazer estrada rural. Só que não investiram, porque não vai verba para pobre, só para rico. (Palmas)

O desenvolvimento tem que acontecer aqui, tem que ter a participação da classe pobre e a gente tem que desenvolver com a nossa criatividade e achar soluções para ter uma boa relação com o meio ambiente. A educação é possível, o ser humano é educável; os príncipes é que não são educáveis, porque são movidos pelos seus interesses.

Só mais uma questão básica: o Clube Santa Mônica não pagou imposto, está lá sem uso social. O Clube Santa Mônica não tem uso social, porque é da Ilha do Bororé e tem que ser destinado ao uso da população do Grajaú. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.

Quero registrar a presença dos Srs. Rafael dos Santos, representando o Vereador Souza Santos, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e do combativo Vereador Ricardo Nunes.

Tem a palavra o Sr. Paulo Cezar Pereira Mayer, da Mitra Diocesana de Santo Amaro.

O SR. PAULO CEZAR PEREIRA MAYER – Bom dia a todos. Meu nome é Paulo Mayer, sou engenheiro, represento a Mitra Diocesana de Santo Amaro e venho falar sobre as sugestões para a atividade local de culto no projeto da Lei de Zoneamento em discussão.

Constatamos que está sendo feita uma grande injustiça, nesse projeto de lei, aos locais de culto, ao incluí-los na atividade classificada como local de reunião. Para conhecimento de todos, nos locais de reunião estão incluídas diversas atividades totalmente diferentes das de locais de culto, tais como: auditórios para convenções e congressos, cinemas, teatros, galerias, museus, campos, ginásios, parques, pista de esporte, parque de diversões, etc.

Sabemos que a atividade local de culto gera pouco impacto na comunidade onde se encontra, em virtude de os seus frequentadores residirem no entorno do local, não podendo essa atividade ser tratada com as mesmas restrições das atividades citadas anteriormente.

É importante salientar que as instituições religiosas de diferentes crenças vêm firmando convênios e parcerias com os entes públicos para complementação do atendimento dos governos em diversos segmentos carentes da sociedade, utilizando da sua estrutura anexa aos locais de culto para usos como: creches, escolas de alfabetização, cursos profissionalizantes, assistência social, asilos, atividades para a terceira idade, etc.

Na Lei de Zoneamento de 1972, a atividade local de culto estava inserida no grupo do uso institucional, juntamente com a educação, saúde, lazer, cultura e assistência social; inclusive, em 1985, foi criada uma lei específica para locais de culto, em virtude das peculiaridades desse uso. Mas essa lei está sendo revogada nesse projeto de lei.

Na última alteração da Lei de Zoneamento, o local de culto foi retirado desse grupo e passou a ser considerado local de reunião. Devemos considerar que esse projeto de lei já corrigiu alguns erros graves da legislação vigente quanto à restrição de atividades devido à largura de rua e permitindo a existência de locais de culto com capacidade de até cem pessoas em praticamente todas as zonas, exceto as estritamente residenciais.

No entanto, somente 5% dos locais de culto têm capacidade para até cem pessoas, o que não atende o nosso setor. Portanto, solicitamos o destacamento da atividade local de culto da atividade local de reunião, criando atividade específica nas três subcategorias: NR-1, local de culto para até 250 pessoas, uso compatível com a vizinhança; NR-2, local de culto de 250 a 700 pessoas de lotação, uso tolerável com a vizinhança; NR-3, local de culto para lotação acima de 750 pessoas, que é um uso incômodo para a vizinhança, para fechar a nossa mudança geral.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Eliude Nicolau Araujo, da Ocupação Aristocrata.

O SR. ELIUDE NICOLAU ARAUJO – Bom dia. Meu nome é Eliude, eu sou um dos coordenadores da Ocupação do Jardim Aristocrata, que fica na Avenida Belmira Marin. Nós já estamos lá há dois anos e três meses e viemos reafirmar, com a Câmara Municipal, com os vereadores, com a Lei de Zoneamento, que até hoje, em nossa ocupação, na história do Grajaú, nunca houve a irresponsabilidade de desrespeitarmos a Lei de Zoneamento.

Então, até hoje nós estamos lá. São 200 pais de famílias que estão morando dentro da respectiva lei de respeito ao meio ambiente e lá, tornando-se uma área de ZEIS, queremos construir as nossas moradias, o que é um direito – a moradia, a creche, a educação, a saúde –, um direito nosso dentro dessa ocupação.

Há 20 anos ali moramos, 300 famílias que até hoje não estão regularizadas fundiariamente, e precisamos disso também na parte de baixo, não tem luz. Então a

reafirmação, hoje, que estamos fazendo ao Poder Público, à sociedade civil, é de que reafirmamos que a nossa responsabilidade está de pé e aguardamos. E aguardamos que a Lei de Zoneamento também contribua com os direitos sociais: moradia digna, educação, saúde em nossa comunidade. Nunca houve na história do Grajaú, uma ocupação com tanta responsabilidade ambiental.

A desocupação não é a solução, dentro de áreas de interesse somente para pessoas ricas, como disse aqui o companheiro que me antecedeu. Então, essa é a nossa função, a nossa responsabilidade, como um dos coordenadores, também, da Associação de Vila Nova Grajaú, e agradeço.

Queria falar um pouco mais, mas tem muitos companheiros ainda para falar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Bruno Magalhães, do Movimento Nós da Sul.

O SR. BRUNO MAGALHÃES – Em primeiro lugar, bom dia para todo mundo. Eu sou Bruno, professor da rede municipal, morador do Grajaú e coordenador do Movimento Nós da Sul, que é um movimento de luta por direito à Cidade e à moradia – um pouco do que o companheiro Eliude colocou aqui. Estamos juntos nessa luta.

Quanto à minha fala, queria parabenizar a organização, pela iniciativa dos vereadores e dos companheiros que estiveram aqui presentes, e dar uma saudação especial a todos os moradores de ocupações e loteamentos irregulares, que estão presentes acompanhando este debate.

Eu queria colocar a minha fala em três pontos. O primeiro ponto tem a ver com os problemas específicos do distrito do Grajaú, porque a gente está falando aqui de Capela do Socorro, mas o Grajaú é o maior distrito da cidade de São Paulo e foi considerado pela rede Nossa São Paulo o pior distrito para se viver. Há índices terríveis na questão da saúde, educação e da moradia também, que é o caso que estamos discutindo. É um contrassenso ter

a mesma subprefeitura para Capela do Socorro, região da Cidade Dutra, e Grajaú, que tem problemas muito específicos. Então, a primeira coisa que todo pessoal do Grajaú tem que ter na cabeça é fazer a luta para ter uma subprefeitura própria, nossa, para poder discutir nossas discussões particulares e específicas.

A segunda questão tem a ver com a regularização do Plano Diretor, porque não adianta a gente estabelecer, fazer o mapa, pintar de várias cores diferentes e falar o que vai ser em cada lugar se a Prefeitura, se o Poder Público não tiver a responsabilidade de construir aquilo que foi prometido no planejamento. (Palmas)

Porque, muitas vezes, o que acontece? A gente vai, faz manifestação, faz reunião, vai para a rua, chega lá e: "Realmente, vocês estão certos; nossa, está perfeito, é isso mesmo, mas não tem dinheiro". Como não tem dinheiro? Como tem dinheiro para fazer alteração na Cidade inteira? Como tem dinheiro para a Cidade ser como ela é, a cidade de São Paulo, a cidade mais rica do Brasil? Ser como ela é lá nos Jardins, ser como ela é na Paulista, em Pinheiros, e não tem dinheiro para alterar urbanamente aqui, onde mais precisa, que é a região de Grajaú, que é a região do extremo Sul?

Então, não podemos aceitar isso. Companheiros, se tem uma orientação da Prefeitura, a Prefeitura tem que falar também qual será o recurso para isso ser aplicado. Se tem lá uma área de ZEIS, qual vai ser o projeto de construção de moradia popular? Não dá para simplesmente desenhar, porque, o que acontece? Eu estou falando que não é uma denuncia à gestão, a nenhum grupo, mas o que acontece? Se acontece isso, a Prefeitura larga mão, depois começa a ocupação irregular, que é o que eles tanto reclamam. Aí o povo não tem onde morar, a Prefeitura não constrói moradia, o povo vai lá, ocupa, e falam: "Não podia ocupar, porque é questão ambiental". Ninguém aqui é contra o meio ambiente, mas a questão humana está calamitosa.

E, para terminar, a gente tem que pensar também uma coisa que não foi falada aqui, que é a questão da especulação imobiliária, porque não adianta mudar a região. Então, o

que não foi falado aqui, só para concluir: a região da Rubens de Oliveira, no Cocaia, ali, a região do Residencial Cocaia, onde eles farão o novo corredor. Se não tiver um projeto de moradia popular naquela região, quem paga aluguel, ou está morando irregular lá, vai ser expulso daquela região, para vir gente que paga mais caro naquele aluguel. Os aluguéis da região já estão explodindo, está tudo ficando cada vez mais caro. Com o trem chegando aqui, o negócio vai piorar. Com o trem indo para Varginha, vai piorar, e não adianta pensar em loteamento, em Plano Diretor, se não pensar em como vai fazer para os pais e mães de família trabalhadores não serem expulsos de suas casas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Juarez Ribeiro, da Associação em Defesa da Moradia do Parque Recanto Cocaia.

O SR. JUAREZ RIBEIRO – Bom dia a todos. Bom dia, companheiros. Todo o apoio às ocupações que estão lutando para ter o seu espaço. Eu sou o Juarez, presidente da Associação em Defesa da Moradia do Parque Recanto Cocaia.

É loteamento irregular, e moramos ali há mais de 30 anos. Depois de dez anos apareceu um dono com ação judicial e foi fundada essa associação para fazer a defesa juridicamente no coletivo daquela comunidade. Naquela comunidade a gente já tem creche, escola, água, luz, esgoto, telefone, dois quilômetros de comércio que passam pelo Canal do Cocaia. É um bairro formado e até hoje a Prefeitura não se mexeu para legalizar. Existe o processo judicial transitado em julgado.

Então, eu vejo assim, por que não legalizar o Recanto Cocaia? São cinco mil famílias que compraram e pagaram os seus lotes, não tem nada a ver com ocupação lá. O pessoal comprou, pagou, e, depois de um longo tempo, vem a família do Maluf e queria nos tirar de lá. Então, eu queria pedir para que legalizassem o mais rápido possível aquela área lá.

E o comércio. Tem o Canal do Cocaia, tem dois quilômetros do Canal do Cocaia, que atravessa o bairro. A área é todinha tomada por comércio, que é irregular. Então, tinha de

pôr também para regularizar aquele comércio lá. E a gente quer também recolher os impostos, e para isso precisa legalizar o local.

Essa é a minha fala, está *okay*? Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Thiago Ferreira Rosa, da Ocupação Aristocrata.

O SR. THIAGO FERREIRA ROSA – Primeiramente, um bom dia. O meu nome é Thiago Ferreira Rosa, eu faço parte da Ocupação Vila Nova Grajaú.

Eu queria dizer para vocês que a gente da comunidade não está segurando terreno para pensamento próprio. A gente quer um pensamento comum. A gente quer creche, escola, UBS e moradia também, e não queria passar por cima de nenhuma dessas leis de zoneamento. A gente está disposto a lutar pelo bem comum entre a gente em todas as comunidades. E gostaria que o pessoal desse mais valor à associação, porque na verdade quem vive na comunidade são as associações. Então, o que acontece? Quando chega essa hora, o pessoal não dá muito valor à associação, porque “ah, vai lá desapropriar, vai lá e tira” ou “ah, vai lá faz isso...”, mas na verdade a gente vai, faz, mas eles não conseguem determinar o que eles mesmos falam, e isso fica muito pesado para a gente.

Estou há dois anos segurando 300 famílias num barraco de tábuas, então eu falo pra vocês que isso não é fácil. Só isso que eu queria dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Dino Mottinelli, do Mogave – Movimento Garça Vermelha.

O SR. DINO MOTTINELLI – Bom dia à Mesa. Bom dia aos senhores. Meu nome é Dino Mottinelli, eu faço parte do Movimento Garça Vermelha, um movimento ambientalista aqui da região, basicamente ambientalista, e nós fazemos parte inclusive do conselho gestor de quatro parques na orla da Guarapiranga.

A nossa preocupação principal é com o corredor da Avenida Atlântica, o medo de que isso vire uma reserva de mercado para especulação imobiliária. Todo mundo sabe, já foi

dito aqui da importância e da situação em que se encontra a Guarapiranga - aliás, a situação talvez alguns não saibam.

A Guarapiranga está numa situação bastante crítica, e acreditamos que o adensamento, que é uma proposta inteligente, nessa região da orla da Guarapiranga, vai acabar de esculhambar com a represa.

A represa já vem sendo abandonada pelo Governo do Estado, pelo EMAE, etc. Os parques do Guarapiranga feitos para proteger, cuidar da orla, não estão recebendo a assistência necessária. Parece que a nossa Secretaria do Verde e Meio Ambiente se preocupa muito é com o Parque do Ibirapuera - e isso é ótimo, mas deveria sobrar um pouco de dinheiro e um pouco de atenção para a região, assim como para os outros parques da Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Natália Borges Oliveira, da Associação Jardim Iporanga.

A SRA. NATÁLIA BORGES OLIVEIRA – Bom dia a todos. Eu não represento nenhuma associação, como o Vereador disse, mas eu represento a associação do povo. Eu, como moradora da região há muito tempo - e tenho 23 anos -, venho reclamando. Não temos médicos nas nossas UBSs, não temos professores capacitados – estão pegando estudantes para dar aulas nas escolas estaduais –, não temos segurança no bairro. Como você vai zonear uma área, sendo que não são garantidos os direitos básicos para essa população? Não tem médico, não tem educação, não tem segurança. Como você vai colocar para uma comunidade, uma comunidade nova, que está crescendo ali no distrito do Grajaú, se você não garante princípios básicos? Falo meu pelo filho. A gente vai a uma UBS, e não tem médico, não tem pediatra. Quantos de vocês vão a uma UBS, a um hospital público, e são mal atendidos? O CEU tem uma estrutura maravilha, mas você entra para procurar vaga e não tem. Como vai falar em lei de zoneamento, em proteção ambiental, se quer fazer um aeroporto em Parelheiros? E como você quer cobrar da Igreja, instituições filantrópicas que ajudam os

moradores de rua da região? (Palmas)

O problema da região não é somente a droga, o traficante, mas tudo. Antes de pensar em lei de zoneamento, mapear direitinho... porque na teoria é bonito. Eu quero que os Vereadores usem os nossos hospitais, como o Hospital de Grajaú, que está sendo fechado; quero que usem o Hospital Balneário, que está sobrecarregado; o Hospital de Pedreiras; a maternidade de Interlagos, que não tem manutenção, é uma maternidade feia. Como vocês podem falar que têm o parque mais bonito do mundo, o Ibirapuera, sendo que vocês não conservam o básico, que é Parelheiros? Somos uma das maiores bancas eleitorais, com quase três milhões de eleitores. Pedir voto na eleição, pintar calçada, pintar poste, botar figurinha de vocês é bonito. (Palmas) Mas, na hora do vamos ver, nada disso está acontecendo. Pintar mapa, desculpem, qualquer ser humano, qualquer eleitor que se preze pode ler um mapa, mas, e falar a verdade? Desculpem, mas isso para mim é hipocrisia. Fazer lei de zoneamento sem educação, saúde e segurança, não tem como. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sr. Eduardo Melander Filho.

O SR. EDUARDO MELANDER FILHO – Vamos inserir alguns *slides*.

Meu nome é Melander; sou da Associação Movimento Garça Vermelha, e também sou Conselheiros da APA Bororé-Colônia.

Muito pouca gente sabe que foram aprovadas as áreas rurais de São Paulo no Plano Diretor. Mas aqui, na Capela de Socorro, também tem área rural, com produção orgânica, que fica justamente na Ilha do Bororé, que pertence à Capela do Socorro. O problema é que até agora não se pensou na regulamentação dessas áreas. Isso tem que ser bem rapidinho, logo após a aprovação das zonas, porque, do contrário, não existirá, na prática, área rural.

Outro problema que temos nessa região rural é que existem várias áreas de preservação, mas não existe fiscalização, e, sim, ocupações. Não é o tipo de ocupação

organizada que vocês fazem, não; lá, muitas vezes, é bandidagem, é grilagem mesmo, na cara dura, ocupando áreas públicas. Mais uma vez, dizemos o seguinte: se não houver fiscalização, isso irá continuar.

O Plano Diretor prevê a implantação de vários parques. No entanto, os parques naturais existentes simplesmente não estão abertos ao público. Há anos não são abertos. No entanto, criam mais parques, sem que se coloquem em funcionamento os que já existem.

O Plano Diretor originalmente previa a criação do Parque Paiol. Esse parque, simplesmente, no final do PDE, milagrosamente, sumiu, desapareceu. Sabem por quê? Porque é onde se pretende construir o aeroporto em Parelheiros.

Queria encaminhar uma série de documentos, porque essa discussão já é longa, vem há anos. Vou encaminhar à Mesa, para deixar registrado, é uma série de manifestações.

A primeira, é uma manifestação recente, redigida pela Rede Nossa São Paulo, e que também estamos assinando; a segunda, é o manifesto de fundação do Movimento Aeroporto em Parelheiros Não; a terceira, é uma moção de repúdio à construção de um aeroporto na região de Parelheiros, assinada pelos conselhos gestores do Parque Jacques Cousteau, 9 de Julho e Castelo, e também pelo Conselho de Meio Ambiente da Capela do Socorro e pelo Conselho Participativo da Capela do Socorro - temos também um manifesto dos intelectuais acadêmicos, já de algum tempo. Um manifesto das áreas de proteção, assinado pelo conselho gestor das APAs Bororé-Colônica e Capivari-Monos. Por fim, temos uma moção de repúdio aprovada na IV Conferência Municipal de Meio Ambiente de São Paulo.

O Movimento Garça Vermelha apoia as ocupações organizadas, porque é uma questão vital. (Palmas) E nós pedimos o apoio de vocês contra a construção do aeroporto de Parelheiros.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Sansão Dantas, da Facesp.

O SR. SANSÃO DANTAS – Bom dia a todos vocês! Bom dia!

Fui do Conselho Municipal de Políticas Urbanas, onde debatíamos sobre uma série de questões. Uma dessas questões principais do nosso debate era a construção de ZEIS e moradias próximos aos grandes troncos estruturais – terminais de ônibus, terminais de trem, metrô, etc. –, para fazer com que as pessoas morem próximo desses terminais.

Além disso, gostaria de me solidarizar com as ocupações mostradas aqui, pois tenho muitos amigos que moram nesses locais. Essa forma de mostrar – em telão – algumas áreas, de repente, não dá para entender de que forma foi organizado, de que forma foi feito, e não se pode criminalizar ocupações, tendo em vista que as pessoas não têm lugar para morar. As pessoas não têm moradia, o Governo não consegue construir a quantidade de moradias – 55 mil moradias. E percebemos claramente que não vai conseguir contemplar o povo. Então quero me solidarizar com vocês, com todas as pessoas que moram em qualquer tipo de ocupação, que fugiram do mercado imobiliário, que fugiram desses aluguéis altíssimos para procurar a sua moradia.

Próximo do Terminal Varginha, que vai ser o nosso maior centro urbano da região, tem uma região que tem mais de um milhão de metros quadrados de terra não construída. Esse local vai ser muito mais movimentado do que muitos terminais da cidade de São Paulo. É importante lembrar que precisam ser incluídas ZEIS nessa região, que permitam a construção de mais moradias, para dar acesso ao cidadão, porque não tem como ter um milhão de metros quadrados, ou mais, e essa a zona ficar especificamente restrita à região ambiental. Já existem debates em todos os setores sobre essa área, que deve ser ocupada, reorganizada, respeitando os limites do meio ambiente, respeitando todas as nascentes, fazendo de forma organizada, para que as pessoas tenham acesso a moradias mais acessíveis. Porque esse mercado imobiliário nem permite que as pessoas paguem aluguel, muito menos que tenham a sua moradia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu sou presidente da São Paulo Trabalho e Empreendedorismo; presidente mundial da Uniglobal Trabalho e Cidades; e chanceler global para assuntos diplomáticos da Unicosmos, Nações, Sustentabilidade e Cidades.

A cidade de São Paulo tem 1 milhão e 115 mil famílias morando em áreas precárias. Isso corresponde a 4 milhões e 320 mil pessoas morando em situação irregular. O número é absurdo. É maior do que a população de Brasília, Salvador e Belo Horizonte. É um número absurdo para uma cidade tão rica, que tem um PIB de 436 bilhões de reais, que representa 37% do PIB paulista, 13% do PIB nacional, e tem uma renda *per capita* de 38% do seu PIB.

Primordialmente, a nossa tese é em defesa da regulamentação da organização, a regulamentação fundiária e a outorga de título de propriedade para essas famílias. Além disso, a recuperação das orlas das represas Billings e Guarapiranga.

Uma das nossas teses, já escritas nesse plano, são as cotas ambientais. Mas, hoje, essas famílias estão pagando injustamente, pois os políticos, em vez de investirem em políticas públicas, investiram na corrupção, que tem desviado de 10% a 12% do PIB da cidade de São Paulo. Um desses dois políticos é o ex-presidente da Câmara, o José Américo, e o atual presidente. Pegaram quase 600 milhões de dinheiro roubado da Petrobrás, do BNDES e de oito ministérios, ratearam na Câmara, e distribuíram dinheiro roubado para a Assessoria Militar. E numa operação militar terrorista que fizeram dentro da biblioteca, comandado pelo Sargento Molina, acabaram me roubando seis mil reais e vários documentos dessas instituições, que estavam num *pen drive*.

Vamos defender 600 ZEIS na região de Capela do Socorro e as zonas de desenvolvimento econômico e geração de emprego na região.

As nossas centrais, tanto a cosmopolita quanto a global e as municipais, vão defender todas as teses apresentadas pelas lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Natália Rocha.

A SRA. NATÁLIA ROCHA – Bom dia à Mesa, bom dia à plateia.

Meu nome é Natália; sou moradora e presidente da Associação de Moradores da Ilha do Bororé. Mais uma vez estou numa audiência pública para reivindicar o direito dos moradores da Ilha.

Desde que foram abertas essas audiências públicas para o Plano Diretor, eu tenho participado; inclusive o Vereador Ricardo Nunes já me viu em várias delas.

Tem um bairro na Ilha do Bororé chamado Sítio Santa Tereza. São 360 famílias que moram ali há mais de 40 anos, e não têm direito à manutenção das ruas, porque, quando a gente vai à subprefeitura pedir manutenção, ela alega que estamos numa área de APA. Eu também sou conselheira da APA Bororé-Colônia. Quando a APA foi para a Ilha, nós já morávamos lá, já tinha pessoas. Eu acho lindo falar do meio ambiente, e eu, mais do que ninguém, defendo isso. Fui morar na Ilha do Bororé justamente porque eu gosto da natureza. Quero água perto de mim e quero também mato. Só que não dá para falar que não pode isso, não pode aquilo, porque está na área ambiental, se não faz fiscalização, se não dá condições de vida para quem está lá, e ainda proíbe a chegada dos novos. Abriu as porteiras da balsa, deixou todo mundo invadir a ilha, e agora fala que não pode fazer nada porque vai induzir à invasão. Isso não é verdade. Tem pessoas carregando material de construção em carrinho de mão, porque a máquina não passa nas ruas, porque estamos numa área de APA. O que vai ser dessas crianças? Temos mais de mil crianças nesse bairro. O que vai ser dessas crianças daqui a pouco? Não tem escola. Agora tem a lei que o Haddad implantou, que a partir dos quatro anos elas têm que ir para a EMEI, mas não existe EMEI na Ilha do Bororé, o que existe é uma minicreche para 81 crianças. Como que essas crianças vão ficar de uma a duas horas na fila da balsa para ir para a creche, do outro lado da ilha?

Mais uma vez, estou aqui para reivindicar. Protocolei esse documento com o Nabil, protocolei no gabinete do Vereador Ricardo Nunes e, mais uma vez, protocolei aqui hoje.

Gostaria que vocês incluíssem o Sítio Santa Tereza na ZEIS 1, porque, conforme levantamento de 2007, as famílias são de baixa renda, e não são invasores, compraram e pagaram. Compraram de clandestino porque a Prefeitura não fiscalizou, não fez o seu trabalho correto. Se na época em que estavam loteando, em 80 e poucos, a Prefeitura tivesse feito seu trabalho corretamente, não tinha crescido tanto loteamento. É fácil ficar lá na subprefeitura e dizer: “Não pode porque tem uma APA”. Eu sei que tem uma APA, mas vamos também respeitar o direito do ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. João Santos de Oliveira.

O SR. JOÃO SANTOS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Mais uma vez agradecemos à Mesa, aos nobres Vereadores.

Quero dizer a todos os grupos de ocupações legais que eu, João Santos de Oliveira, representante de associação de moradores da Vila Rubi e conselheiro participativo, apoio os movimentos de ocupações legais.

Sobre as ZEIS, a minha reivindicação é sobre o pessoal que saiu de todas as áreas de risco, como da Capela do Socorro, de onde mais de 600 famílias foram para o aluguel social, que não está contemplando a vinda desses familiares, porque é uma quantia muito pequena, de 400 reais. Hoje você não encontra nem dois cômodos para alugar por 400 reais, as pessoas de baixa renda têm de inteirar, e aí vem a conta de água e a conta de luz. Acontece que essas famílias já estão há quase cinco anos nesse aluguel social. Então queremos que o Prefeito, o Governador e os Vereadores agilizem esse projeto. Temos uma área ali, da Chácara do Conde, junto da Garagem da Bola Branca, e queremos fazer 1.800 unidades, que já têm a verba, mas o Verde e Meio Ambiente está travando. E temos que destravar aquilo ali, para esse pessoal já respirar aliviado e ter a sua moradia digna. E não só para esse pessoal que saiu da Capela do Socorro, porque também tem o pessoal do Gaivota, Cantinho do Céu, e outras entidades que estão próximas, que são aproximadamente mais de

cinco mil famílias. E isso para já, gente, porque o pessoal não aguenta mais. Estamos juntos para definir imediatamente essa moradia digna para o pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro Lins, da Nossa Senhora das Dores e Santa Cruz.

A SRA. MARIA DO SOCORRO LINS – Essa lei de zoneamento é ridícula. Eu não sou contra, eu sou a favor, se fosse organizada, mas eu acho ridículo. O nosso bairro não tem educação de qualidade, nem professores de qualidade, e o Prefeito nem está preocupado com isso, que o negócio dele é pintar. Eu acho que ele tem vontade de ser pintor, né, gente? Não é possível. Se ele não foi pintor, ele vai ser em breve, se Deus quiser.

Acho ridículo esse negócio de fazer reunião no Templo do Senhor, porque lá não tem nem condições para fazer várias atividades, porque não tem local para isso. A casa do Senhor é casa de oração, não de lazer ou de reuniões. Tem lugar para isso: os CEUs, auditórios, enfim, lugares para lazer. Então, em nome da minha igreja, que é católica apostólica romana, acho ridículo e sou contra. Acho que o nosso Prefeito não é inteligente, nem tem pessoas inteligentes ao seu lado.

Sou contra esse projeto de construir aeroporto no pulmão de São Paulo, que Parelheiros é o pulmão de São Paulo. Se acabar Parelheiros, acabou. Peço também que cuidem da nossa represa Guarapiranga, porque, até onde sei, é o único lugar de São Paulo que tem água, e está contaminada. Isso não sou eu que digo, porque eu assisto jornal, graças a Deus, e os biólogos dizem que está contaminada. Os nossos Prefeitos só têm condições de fazer as coisas quando chegam as eleições, para bater na nossa porta e entregar as suas fotinhos – “Ah, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo”.

Cuidem do meio ambiente, da nossa represa, porque é a única que temos com água.

Todo os dias tenho de buscar o meu filho cedo na escola onde estuda por falta de professor. Ou seja, tem professor concursado, sei que tem, e professor para ser contratado,

mas a Prefeitura não contrata porque não quer.

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARIA DO SOCORRO LINS - E tem verba, porque São Paulo é rico. Dizer que São Paulo não tem dinheiro é mentira, porque tem dinheiro para V.Exas., tem dinheiro para roubar, tem dinheiro para fazer gabinete, para aumentar o salário dos senhores... Tem sim. (Palmas) São Paulo tem dinheiro. Quem disser que São Paulo não tem dinheiro é mentiroso.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. Com a palavra o Sr. Geraldo Amaro de Araújo.

O SR. GERALDO AMARO DE ARAÚJO – Boa tarde a todos, a todas e a todas as lideranças presentes. Sou representante da Associação dos Moradores do Jardim Novo Jaú, que fica ao lado do CEU Três Lagos.

É desejo de todas as comunidades e de todos os líderes que na nova Lei de Zoneamento sejam regularizados esses loteamentos, porque a maioria deles já estão consolidados e com infraestrutura. O que se tem de fazer é regularizar, levar saneamento básico, equipamentos públicos, que são uma carência grande da região. O loteamento localizado no extremo Sul, dizem que não pode ser pavimentado porque está irregular.

Digo pelo meu loteamento, que está irregular. Não tínhamos nenhuma das dez ruas pavimentada. Cobramos na Subprefeitura, nas gestões anteriores, e nos disseram que não poderiam fazer nada, nem pavimentar, por se tratar de área irregular e de manancial. A partir do momento em que levamos o problema à imprensa, em 30 dias nos entregaram todas as ruas asfaltadas.

Então, gente, a lei deve respeitar as áreas de mananciais; nós respeitamos, assim como todas as lideranças, mas acho isso uma hipocrisia. O que se tem de fazer é regularizar esses loteamentos, que já estão consolidados, e dar o título de posse a seus moradores, que

estão ali há mais de 30 ou 40 anos.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A próxima oradora é a Sra. Sueli Damkauskas, moradora da região.

A SRA. SUELI DAMKAUSKAS – Bom dia a todos os presentes neste evento muito importante. Já atuei na região da Capela do Socorro como Conselheira de Saúde, da Supervisão Técnica. Não me candidatei novamente. Sou ex-Conselheira e atuei muito tempo na região.

Gostaria de lembrar que o nosso direito à moradia e à saúde, a qual prezo muito, a saúde da população e a questão ambiental estão na nossa Constituição. Venho trazer uma proposta aos senhores: que sejam realizadas audiências locais. No caso da implantação de ZEU nos corredores da Avenida Atlântica e na Avenida do Rio Bonito, que sejam realizadas audiências públicas envolvendo os moradores do entorno onde serão implantadas essas zonas. Deverá ser apresentado aos moradores um plano de impacto ambiental e de impacto local, porque temos de lembrar que hoje já há na Avenida Atlântica, em certos horários de pico, praticamente muito fluxo de trânsito.

Quanto à implantação de ônibus ecológicos, lembro que estamos numa área de manancial e está para sair um grande contrato de licitação da SPTrans. A questão do meio ambiente também me preocupa muito.

Outra questão envolve a ave, a fauna. Defendo o pessoal que faz um movimento contra o aeroporto de Parelheiros. Na região, há um aeroporto de aves. Elas fazem parte da natureza e, com os novos impactos da região, temos de observar o que pode acontecer.

Outra questão também é que na nossa região, não sei se os senhores conhecem, perto da Vila Friburgo, existe a instalação de uma empresa, que quando veio para a região ainda não havia o adensamento que há hoje. Gostaria que checassem a situação dessa empresa, porque ela é uma distribuidora de gás. A minha preocupação com relação ao

adensamento é porque muitos moradores não dormem tranquilos, porque essa empresa faz armazenamento de gás. Quando consultamos a respeito de acidentes ambientais, também isso me preocupa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Gostaria de lembrar aos senhores que, ao final da audiência, o Relator, Vereador Paulo Frange, dará o retorno do que foi tratado. Também, deixar claro que não há qualquer constrangimento de nossa parte de recebê-los na Câmara Municipal, seja o pessoal ligado à moradia ou a atividades econômicas, ou mesmo aqui, para ouvi-los. Temos atendido quem nos procura.

Com a palavra o Sr. José Gonçalves de Almeida.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DE ALMEIDA – Sou da CMP. Nossa preocupação é com relação à água. O Brasil é o único País que dá descarga com água potável. Isso é estupidez. Existe uma lei do ex-Vereador Adriano Diogo que prevê a construção de cisterna por todos os prédios. Isso nunca foi executado, por causa de custos. Por isso, Srs. Vereadores, fineza, cuidem para que todos os prédios tenham essa cisterna.

Outra questão: para onde vai a água dos córregos Pirajuçara e Aricanduva? Por que não transformam essas praças, que são cracolândia, em cisternas ou em piscinões, para acumular água das chuvas para ser reaproveitada? Por que não investir no que é bom? Boa é a água, há a previsão de falta de água e tal.

Sobre a questão do zoneamento, tem um monte de plaquinhas escritas: vendem-se lotes em Parelheiros, em Colônia e tal. Muita gente sai do emprego, compra terreno; quando está construindo, vem a máquina e derruba. Na nossa região há cinco ou seis problemas desses. Por que não se fiscaliza essas imobiliárias clandestinas?

Os senhores primeiro têm de evitar que os terrenos sejam loteados, porque muitas pessoas pedem a demissão para aplicar em moradia e depois ficam sem casa. Sou o cara que mais fez assentamento na marra, nas ocupações. Um rapaz falou de Porto Velho, lá eu peguei

o pessoal do aeroporto, fiz a negociação do lote, paguei para o dono, construíram e estão estabelecidos. Em muitos outros lugares fizemos isso, na marra, mas fizemos. Entendeu?

Então, o que queremos? Que se faça a regularização fundiária, como muitos já pediram, e providenciem que a lei do ex-Vereador Adriano Diogo seja executada.

Ok? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Parabéns. Com a palavra o Sr. Antonio Ocilio, da Morada do Sol.

O SR. ANTONIO OCILIO – Bom dia, sou da Morada do Sol. Não ia me inscrever, mas aconteceu um fato e eu não gostei do que foi falado.

Faço parte da ocupação Morada do Sol, represento 800 famílias, que moram no local da ocupação, e nesta audiência estão outras pessoas de vários movimentos sociais. Mas um rapaz caracterizou as ocupações como locais de bandidos, e onde moro não há bandidos, e sim trabalhadores que saem às 5h e voltam às 17h ou 20h, que foram buscar seu sustento. Agora, ladrão não tem. Ele se apresentou e disse que foi a Prefeitura que deu as fotos. Não gostei dessa situação.

Particpei de uma reunião em que disseram que temos direito à Cidade. Não consigo enxergar isso, porque estamos sendo jogados para a região agrícola do Município. Precisamos que os nossos direitos sejam respeitados, porque eles estão sendo roubados. Precisamos disso. (Palmas)

Represento 800 famílias da Morada do Sol. Hoje não deu para ninguém vir, mas garanto aos senhores que quem for lá vai ver que há apenas trabalhador. Está certo? Então, por favor, não quero mais ser caracterizado como bandido, como foi falado nesta reunião por um senhor.

Todos os movimentos procuram as instituições para que a gente possa ter algum tipo de benefício, algum tipo de organização, mas nas ocupações somos a liderança, isto é, a organização, porque estamos organizando as moradias, somos a polícia, a Prefeitura e o

Estado, porque ninguém vai lá para nos dar apoio. E quando vai é para nos agredir. Muitos vão atrás de algum tipo de recurso. Quer dizer que, para não sermos multados, temos de dar algum tipo de recurso. E não é isso o que queremos. Queremos que a Prefeitura e o Estado nos apoiem, vejam a nossa situação e nos deem garantia de moradia, mesmo que não seja naquele local, mas que garanta a moradia daquelas pessoas que precisam. Elas não estão ali porque querem, é porque precisam. É porque precisam.

Pode ser que haja alguém ali, dois ou três, que queira vender terreno, mas não é a direção da ocupação que seria responsável por esse tipo de trabalho. Nossa função é fazer moradia. E não há ladrão nas ocupações. A gente sabe e vê muito bem pela televisão onde estão os ladrões. Garanto que nas ocupações não estão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Gildenor Alves, do Jardim Novo Jaú.

O SR. GILDENOR ALVES – Bom dia a todos e à Mesa. Não ia me inscrever, mas, depois da fala de um cidadão, acabei resolvendo.

Vamos começar, já que todo mundo respeita as leis, principalmente a lei ambiental. Espera aí, e a nós, cidadãos, também não há leis para nos proteger? Não tem lei que faça com que nossos direitos sejam cumpridos? Pelo que sei, pela nossa legislação, nós cidadãos, além da moradia, temos direito a água tratada, esgoto coletado, iluminação pública, segurança, educação e saúde pública. Estou errado? Acho que não.

Gostaria que os nossos Parlamentares Municipais fizessem cumprir os nossos direitos, nos nossos Municípios. Por exemplo, quem mais comete crime ambiental aqui em São Paulo é a própria Sabesp, que pega o nosso dinheiro e não faz o trabalho dela. Quem contamina as represas é a Sabesp, não somos nós. Onde existe uma família morando, ela tem o direito de ter água tratada e esgoto coletado. A Sabesp não faz isso. Em muitas ruas, o esgoto é cobrado e ele não é coletado. Gostaria que os nossos Parlamentares fizessem com que fosse cumprida essa lei.

Orgulho-me de ter tido a primeira casa em ocupação, em nenhum momento fui bandido e não sou criminoso, entendeu? E lá também não conheço nenhum bandido, nenhum criminoso, ninguém que cometa crime, a não ser a própria Sabesp.

Não sei onde mora o cidadão que se pronunciou, não sei qual a característica dele, mas é complicado chegar no meio de um monte de gente, onde há muitas famílias morando, e dizer que lá tem criminosos. Não tem não. É uma falta de vergonha apontar um monte de morador e dizer que é criminoso. Parabéns a todos os líderes de ocupação. Se vocês não botassem a cara para poder encarar o que vem pela frente nas ocupações, nós pobres não teríamos residência alguma. As pessoas que vêm bater na gente, a respeito do meio ambiente, são pessoas que moram no Centro de São Paulo. Os mesmos benefícios que existem lá, precisamos na nossa região também.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Josiane Ribeiro, do Cantinho do Céu.

A SRA. JOSIANE RIBEIRO – Bom dia. Sou do Cantinho do Céu. Bom dia à Mesa. Bom dia a todos.

Quero refrescar a memória de muitos aqui de que essa questão de desapropriação já vem desde o Governo passado, com a Lei do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Quando chegou aos bairros, principalmente no Cantinho do Céu, no Gaivotas e no Lago Azul, ela devastou todo o bairro, tirando mais de 3.500 famílias desses locais, mandando para aluguel social, e agora as áreas estão paradas porque o próprio programa parou. Falam que não há dinheiro para construir nada. A Secretaria do Verde nada faz.

Não estou aqui para defender, mas temos de conhecer quais as portarias das Secretarias que cuidam de cada local. Temos de ver que desde o Governo anterior existe essa pendenga. O pessoal morando de aluguel social, recebendo 400 reais para morar. Conheço pessoas que já perderam todos os seus imóveis, porque quando vão à Sehab para renovar o

aluguel é um Deus nos acuda. Os donos dos imóveis não querem mais ficar esperando as propostas do aluguel social e as áreas do PAC estão lá, invadidas.

Pessoas que moram na frente deixaram de construir ou reformar suas casas para construir outras. Na Rua Nossa Senhora de Fátima, está um caos. Sei que elas não são erradas, porque elas moram de aluguel. Quando chega minha conta de água e de luz, eu moro de aluguel, dá vontade de ser invasor, entendeu? Mas creio na justiça divina, sei que um dia ainda vou ter a minha casa e vou morar legal, porque quem mora bem é quem está no Morumbi. No Cantinho do Céu, tem um monte de rua e um monte de crianças que estão em cadeira de rodas, pessoas deficientes que não podem sair às ruas porque estão lamentáveis. E quando a Prefeitura passa uma máquina, a Secretaria do Verde quer multar, ela intima, faz e acontece.

Então, não é apenas a Prefeitura que está errada não. Vamos para quem tem de ir; a Secretaria do Verde, a Sehab, o Meio Ambiente. Quando estamos em época de eleição, todo mundo aparece na porta. Tem um fulano que é responsável pela secretaria, esse é o tal e nada pela população faz. Então, queremos uma moradia digna. Temos mais de 48 mil pessoas no Cantinho do Céu e não temos UBS porque estamos numa área irregular, porque lá não temos título de moradia. Isso é uma falta de vergonha, mas os nossos títulos estão em dia para votar naquele que nos critica por morar irregular. Se estamos irregulares é porque alguém apoiou desde o começo.

Agradeço pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado. O último orador é o Sr. Edivan Bezerra da Silva, da Associação Empresarial da Região Sul.

O SR. EDIVAN BEZERRA DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Hoje quis falar porque, como esta é uma audiência pública, acredito que seja preciso deixar registrado não apenas a necessidade de dar moradia a todos.

Gostaria que os senhores soubessem que existem pessoas aqui que moram na

região do Cocaia e que levam de duas até duas horas e meia para chegar ao seu trabalho. Por isso também temos de defender os empregos da nossa região. Quero saber qual mãe ou pai de família que não tem o desejo de ter uma faculdade perto de casa para o filho estudar. Vivemos numa região onde não existe uma faculdade. No Grajaú não tem faculdade. Não sei se os senhores já perceberam, mas esta é uma das poucas regiões sem faculdade.

Hoje estamos aqui para discutir uso e ocupação do solo, temos de nos atentar e deixar brechas para que no futuro possamos ter essas faculdades. Dependendo do que fizermos agora com a lei, poderemos proibir a vinda de uma faculdade à nossa região. Por isso precisamos nos atentar a deixar áreas destinadas para que, no futuro, possamos ter faculdades e entidades geradoras de emprego.

Um exemplo disso é o comércio da nossa região. Todos os moradores sabem a dificuldade que encontramos para conseguir um alvará de funcionamento. Apenas uma única rua na região do Grajaú, a Rua Prof. Oscar Barreto Filho, gera aproximadamente mil empregos. Acredito que poucos dos empresários ali estabelecidos têm alvará de funcionamento. O Dias, alguns da plateia e eu começamos um projeto, o Núcleo do Desenvolvimento Sustentável, para gerar emprego para a nossa região.

Há indústrias que já estão na nossa região há mais de dez anos. Talvez, Sr. Presidente, com a alteração da Lei de Zoneamento, elas consigam se regularizar. São empresas que geram de 50 a 200 empregos e que precisam ter sua regularização.

Hoje gostaria de deixar meu desejo registrado: precisamos regularizar a indústria e o comércio que restam na nossa região para gerar também empregos. Precisamos de moradia, mas também de educação e emprego na nossa região.

É isso. Bom dia a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado. Com a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Bom dia, gente. É bacana os senhores estarem aqui. É

muito importante ouvir a manifestação dos senhores, porque tanto o Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Gilson Barreto, como seu Relator, Vereador Paulo Frange, um dos melhores da Câmara Municipal, que tem uma sensibilidade enorme, com certeza, levarão em conta cada situação falada para podermos fazer as alterações na Lei do Zoneamento.

É superimportante a questão da habitação. Hoje o que temos de problemas de habitação é algo fora do comum. Por isso vamos ter de verificar o que cada pessoa falou - o Gonçalves, o Antonio, a Josiane, enfim, várias pessoas - e ver a demarcação, se é ou não ZEIS. Se não, precisamos demarcar como ZEIS. Esse é o primeiro passo, e temos de ficar muito atentos. Como o Vereador Gilson falou, estamos à disposição, na Câmara, para poder verificar essa questão, porque só haverá regularização fundiária se a região estiver demarcada como ZEIS. Se não houver essa demarcação, não tem como proceder a regularização.

Há várias questões, gente, que é importante termos consciência. O Edivan, da região Sul, falou aqui agora: 93% de todo o comércio da Cidade está sem licença de funcionamento por problema de legislação ou de zoneamento.

Com relação às creches, há uma falta enorme. O Grajaú – tem muita gente aqui - foi a região com maior falta de vagas de creche da cidade de São Paulo na última pesquisa, enquanto Guaianases é a região onde há a melhor oferta de vagas de creche. Qual o grande problema? Às vezes, tentamos instalar uma creche, chega-se a alugar um imóvel, mas o zoneamento não permite, há uma série de fatores.

No mês retrasado, votamos uma legislação que ameniza esse problema. Por exemplo, só poderia ter creche a rua que tivesse, no mínimo, 12 metros. Nessa nova lei não há mais essa questão.

A legislação foi travando muitas coisas, e muito não acontece na nossa região porque a legislação acaba travando e impedindo. Com certeza, com a mobilização e a participação dos senhores, os Vereadores da região e os presentes, vamos poder caminhar juntos, porque muito ficou para trás.

O Plano Diretor, votado no ano passado, e a Lei do Zoneamento, que votaremos neste ano, vão valer para os próximos dez anos. Então, se não for agora, vai demorar dez anos para poder revê-lo. Por isso é muito importante ficarmos atentos.

Não quero falar de nenhum assunto polêmico, mas vou me manifestar a respeito de algumas falas feitas aqui. Há um problema muito sério de falta de empregos na região. O que vier para gerar emprego e não provocar agressão alguma ao meio ambiente, temos de fazer uma análise muito criteriosa para definir de que lado vamos ficar, se a favor ou contra, seja lá o que for.

Nesta região, estava instalada a Caterpillar, várias empresas que foram para o interior. O Edivan falou bem, no Grajaú temos a Piatex e várias que estão indo embora. Falamos para ficarem, porque vamos tentar ajudar acertando o zoneamento, viu Vereador Paulo Frange. Estamos pedindo para as pessoas ficarem, porque estão jogando para fora as empresas, como se o comércio ou a empresa fossem inimigos. Não é. Precisamos do emprego, da empresa. Precisamos que eles gerem receita. Precisamos trabalhar perto do emprego para poder melhorar o meio ambiente, evitando ficar duas horas dentro do ônibus. Quer dizer, é todo um conjunto de ações que precisam ser feitas.

Peço aos senhores que façam uma análise. Quando alguém falar que existe um empreendimento e pedir para ser contra, pensem: é isso mesmo? O que é? Vai prejudicar o meio ambiente? Não? Temos de nos conscientizar e fazer as alterações. Uma ação necessária no Cantinho do Céu é a implantação de uma UBS. Às vezes, não se consegue implantar uma creche ou uma EMEI porque o zoneamento não permite. Na Ilha do Bororé, é um absurdo, não tem EMEI, apenas uma creche para 80 crianças.

A nossa grande fala é trazer os fatos à realidade. Se existe a moradia, que está consolidada, temos de trazer a realidade e regularizar a situação. Se existem igrejas, que estão estabelecidas e realizam um trabalho social enorme com morador de rua, elas têm de ser regularizadas, como falou o Paulo, da Diocese de Santo Amaro. Se tivermos de implantar

creche, escola e UBS, temos de colocar na legislação situações que permitam isso.

A questão do meio ambiente é superimportante. Não há retardado algum aqui que seja contra o meio ambiente, mas precisamos trazer as coisas para a realidade.

Por isso é muito importante a participação dos senhores. Fico superfeliz de os senhores estarem aqui, porque dessa forma o nosso trabalho fica reforçado junto ao Presidente Gilson e ao Relator Paulo Frange. Faço parte da Comissão de Finanças, mas como sou da região, vou conversar muito com o Vereador Gilson Barreto, que é um Vereador muito bacana, e com o Vereador Paulo Frange, que é médico, um cara fantástico, e afinal é quem vai relatar as alterações. Os senhores falarem aqui o que temos falado a eles lá na Câmara, vai ajudar muito.

Agradeço a presença do pessoal da Subprefeitura: o Dias, Subprefeito de Capela do Socorro; o Valderci, que é da região e é Subprefeito de Santo Amaro; o representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; a Flavia, do Proerd, que desenvolve um trabalho muito legal. Costumamos ir às escolas do Grajaú para acompanhar o trabalho do Proerd. Particularmente, quero agradecer aos senhores pela presença.

Os senhores estão de parabéns. Não caiam em lorota. Vamos ver o que é bom para seguirmos. O que não for bom, não, mas precisamos ter regularização fundiária na região e emprego.

Obrigado, gente. Bom dia aos senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Eu é que agradeço ao nobre Vereador Ricardo Nunes. V.Exa. é um Vereador combativo. Tem feito diferença na Câmara Municipal.

Neste momento, gostaria de ouvir uma mensagem do Subprefeito de Capela do Socorro, Sr. Antonio Dias.

O SR. ANTONIO DIAS – Bom dia a todos. Esta é uma grande oportunidade que a Câmara traz à nossa região, um debate tão importante sobre a Lei do Zoneamento.

Nós da Capela do Socorro estamos à disposição de todos. Estamos aqui com

nosso corpo de arquitetos - Luzilda, Patrícia, Engenheiro Roberto Claudio, João Carlos, o responsável pela fiscalização -, para que, se alguém tem alguma dúvida, na hora de elaborar uma proposta, de mudança, ou de adequação, estão aqui nossos arquitetos e engenheiros. Vieram exclusivamente, além de participar do debate, para se colocar tecnicamente à disposição de alguém que tenha dificuldade de elaborar uma proposta de mudança e de adequação das nossas leis de Zoneamento.

O Dr. Travasso deixou uma questão no ar a respeito da ausência de fiscalização do Clube São Paulo. O Clube São Paulo, conheço muito bem, a direção do clube conseguiu a liminar na justiça que impede a fiscalização. Não há omissão nenhuma da parte da Subprefeitura. O Dr. Travasso, advogado competente que é, precisa derrubar a liminar, e aí a fiscalização volta atuar de acordo com o que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Dr. Antonio Dias, quero parabenizar e dizer ao senhor que isso não tem sido normal. Os técnicos, engenheiros, arquitetos, agrônomos e fiscais de toda subprefeitura deveriam comparecer, porque esse será o instrumento de trabalho deles. É a Lei de Zoneamento. E o seu pessoal está aqui presente, acompanhando. Amanhã, quando chegar qualquer pessoa da Prefeitura, tal coisa sobre a Lei de Zoneamento? Aí, esses que não vão, sabe o que vão falar? “Ah, eu não sei! Foi criada a Lei agora! Eu preciso ver”. Agora, não, vocês estão acompanhando, para poder prestar relevantes serviços à comunidade.

O SR. ANTONIO DIAS – Permite, Sr. Presidente? Podem levantar? Arquiteta Luzilda, Arquiteta Patrícia e Engenheiro Roberto Claudio - é o homem da aprovação. Qualquer dúvida que vocês tenham sobre licença condicionada ou licença definitiva de funcionamento, Roberto Claudio é o especialista no assunto e o João Carlos é o responsável sobre a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Valdecir.

O SR. VALDECIR MACHADO – Bom dia a todos! Apesar de ser subprefeito de Santo Amaro, vim a pé para o auditório, moro aqui ao lado, e vejo aqui muitos rostos, e muitas figuras que viemos aí, nos últimos vinte anos, pelo menos, debatendo a região. Acredito ser um avanço, e participamos ativamente da elaboração do Plano Diretor de 2003, naquela época, eu como sociedade civil, associação empresarial, e hoje nos debates aí, que o Poder Executivo já vem fazendo há algum tempo, a respeito do PDR, e depois enviou para a Câmara, agora em discussão na Câmara. Então, não é por falta de discussão que não vamos avançar nessa nova discussão.

Outra lei muito importante, que aconteceu depois de 2003, são as leis específicas do Guarapiranga e da Billings, que estão dando condições de avanço, hoje, do novo Plano Diretor Regional de Capela de Socorro, Parelheiros, M'Boi Mirim, nas áreas inseridas aqui, de mananciais.

A luta foi longa. Debatesmos a lei específica do Guarapiranga por dez anos, e isso deu abertura - a respeito do que o nobre Vereador falou, que a cidade deve para essa região - a investimentos, que há mais de dez anos não se investia na região por causa das restrições da lei de mananciais. Restrições essas que, de maneira errônea, no passado, achávamos que proibindo tudo iríamos inibir a ocupação. Isso não aconteceu. A terra se desvalorizou e a ocupação veio. Então hoje temos de compatibilizar o avanço da moradia, do emprego e da renda, com a proteção ambiental.

Acho que é um avanço, falando como engenheiro e morador da região.

Vocês estão de parabéns na participação. É com a participação popular que a Câmara vai alinhar os detalhes finais para que seja votado, implementado, fazendo com que as leis, realmente, sejam implementadas e colocadas para a população, de maneira que venha a regularização fundiária tão importante. É o Poder Público junto com a sociedade. Não adianta ficarmos sentados, que nada vai se regularizar. Essa regularização foi uma ferramenta muito importante e está colocada no Plano Diretor.

Muito obrigado a todos.

Espero que tenhamos um bom proveito dessa audiência e que as reivindicações de vocês sejam acolhidas pelo nosso Relator.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vou passar a palavra ao nosso Relator, Dr. Paulo Frange, sobre as reivindicações de vocês.

Mas, antes, quero dizer que houve alguns enganos: alguém falou que a Lei de Zoneamento não vinha ajudar as pessoas. Ao contrário, essa lei está dando o instrumento da legalização de todos os loteamentos formados irregularmente.

Agora, há o problema da terra com o proprietário, e isso é outra coisa, porque até agora o Ministério Público processava o loteador porque alguém ocupou a área. Hoje, não. Essa lei está dando esse instrumento, legalizando a situação para as pessoas se organizarem junto à Prefeitura e aos órgãos competentes.

Outra coisa: nós, na Câmara, criamos lei dando condições para construção de UBS, escolas, praticamente, em qualquer lugar da cidade de São Paulo. Então, hoje não existe proibição de construção, com raras exceções. Claro, se quiser construir em cima de uma mina, não poderá. Mas o instrumento já foi dado pela Câmara Municipal. Para isso, temos Vereadores comprometidos e que conhecem a periferia de São Paulo, o fundão da Cidade. Nós conhecemos. Nós sabemos dos problemas. A gente não está no dia a dia ali, mas sabe do que se passa, tem informação, conhecimento, e está batalhando pela melhoria das condições de vida das pessoas. Nós queremos equilibrar por cima, e não por baixo.

Quero repetir: não temos nenhum constrangimento em receber, após essa audiência, aqui ou na Câmara, qualquer movimento, seja econômico, das indústrias, do comércio, da moradia. Para isso, nos propusemos a realizar 47 audiências públicas. Essa decisão foi dos Vereadores de São Paulo, para ouvirem e discutirem tudo.

Algumas coisas foram colocadas e não têm nada a ver com a Lei de Zoneamento;

então, faremos o encaminhamento para quem de direito. Não vamos assumir a responsabilidade de resolver, mas assumimos a responsabilidade pelo encaminhamento devido.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Relator, para que ele fale a respeito do que foi tratado.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Vereador Gilson Barreto.

Eu quero cumprimentar o Vereador Ricardo Nunes, que tem um papel importantíssimo no que vamos falar, inclusive naquilo que já está no Plano Diretor e que está valendo. O Vereador Arselino Tatto e o Vereador Alfredinho contribuíram muito, e tantos outros Colegas que participaram, assim como o Vereador Gilson Barreto, que esteve acompanhando atentamente a Lei do Plano Diretor Estratégico, que atende essa região.

Mas, vou fazer uma citação de alguns grupos de respostas, mas precisamos, também, fazer menção a uma oportunidade de ver, lado a lado, o Subprefeito de Santo Amaro e o Subprefeito da Capela do Socorro, porque não dá para separar uma coisa da outra. A história está se repetindo: exatamente 90 anos depois, temos o desenvolvimento dessa região, em decorrência não só dos episódios das grandes secas de 1924, que acabaram fazendo com que tudo isso se transformasse, Represa do Guarapiranga, Represa Billings, 30% do abastecimento de água da região metropolitana, mas não só por isso.

Naquela época, inclusive, o Prefeito Washington Luís fez o que mais precisava para a região naquele momento, que era um viário. Ele abriu uma estrada ligando a região de Capela, passando por Santo Amaro até o Parque do Ibirapuera. Essa estrada trouxe um grande desenvolvimento econômico para a região.

Por causa dessa estrada, vieram empresas construir condomínios na beira das represas, que passaram a ser, naquela época, um grande gerador de desenvolvimento econômico, porque as pessoas queriam fazer chacrinhas, nessas áreas de lazer e recreação, porque era uma área quase rural, muito bonita, tudo verde, com Mata Atlântica.

Portanto, a estrada mais as duas represas foram os precursores, os protagonistas da história dessa região, e nada se fazia sem que se passasse por Santo Amaro.

Na verdade, Santo Amaro, inclusive, queria autonomia, para se destacar de São Paulo, como poderia ter sido. Com certeza, seria uma das maiores cidades do Estado de São Paulo, se tivesse se separado – vocês conhecem a história do movimento separatista.

Mas a importância é que sempre estiveram juntos, e o polo de desenvolvimento econômico que nasceu das indústrias naquela região de Santo Amaro é, hoje, o grande gerador de empregos de toda a região, que qualifica aquela região próxima de Santo Amaro, e, por isso, lá está a Estação da CPTM, os Terminais de Ônibus e tudo isso.

Nós estamos na 19ª audiência pública, e é a primeira vez que temos os dois Subprefeitos vizinhos conversando. Não dá para cuidar da sua casa sem estar com o vizinho. Para levantar um muro ou fazer outra coisa, é preciso saber se não se está incomodando o vizinho. Parabéns para vocês dois; com certeza, quando falta café na casa de um, pede emprestado da casa do outro. Sei da história da região e é assim mesmo: emprestam máquinas, equipamentos, funcionários, fazem mutirão juntos. É por isso que dá certo.

Mas quero responder, aqui, para o Antonio Ocilio, Gildenor, Geraldo Amaro, Bruno Magalhães Silvano, Natália Borges e Natália Rocha Siriano, os quais fizeram uma ponderação muito interessante. Todos eles focaram na falta de equipamentos sociais na região.

Essa apresentação – são só três – não é minha. Ela é do Governo, do Daniel Montandon, Diretor do Departamento de Uso do Solo, que participou da elaboração de tudo isso. Nós não temos vergonha de mostrar.

O que estamos devendo para a Cidade? Vocês falaram da exclusão de equipamentos sociais. Nós temos certeza disso.

Vejam que tudo o que está em amarelinho são demandas de creches, e nós estamos nesse caminho. Mas, vejam, também, que na Leste toda tem, na Norte, nas franjas da Cantareira, tudo é falta de equipamento social, creches.

Nós não temos problema em mostrar. Vocês têm toda a razão: faltam equipamentos sociais, nesse caso da educação, são creches.

O próximo.

Aqui são as unidades básicas de saúde. O que estamos devendo é muito menos do que as creches, mas vejam que tem na região de vocês também, principalmente aqui.

Mas nós temos o Programa Saúde da Família, que, de uma forma ou de outra, tem atendido a região. Conheço o programa que está atendendo até o extremo, onde já não é da subprefeitura de vocês, em Marsilac. No entanto, a região tem um hospital que é do porte do Hospital das Clínicas, é o mais importante hospital de São Paulo, com gestão do Sírio-Libanês, que é o Hospital do Grajaú, um dos poucos que têm uma universidade junto, onde se formam médicos, enfermeiros, assistentes sociais; portanto, vocês têm uma oportunidade muito grande de ter o que poucas regiões têm.

Falta muito. Nós estamos mostrando e não temos vergonha alguma por faltar isso tudo. Tudo isso vai ser colocado. O Vereador Ricardo Nunes é da Comissão de Finanças e é por lá que colocamos dinheiro para que as coisas aconteçam. É dele que tem de cobrar os recursos, devagar, para ele ir buscando unidades de saúde, creches etc., viu nobre Vereador Ricardo Nunes. Aí já estou dando o endereço certo.

E, por último, quero mencionar os equipamentos de assistência social. Como a Lei da Organização Social é mais recente, devemos muito mais. Muito mais.

E, para terminar, olha só o estrago: agora, colocamos tudo junto. Essa é dívida total. Nós devemos de tudo: equipamento social, educação, saúde e assistência social. Vejam que vocês têm realmente dívida, mas tem gente em situação muito pior.

Claro que isso não significa que não temos de fazer por vocês, mas tem muitos que precisam também. E a fala de vocês foi precisa. Isso aí é uma apresentação oficial. É do Governo. Foi apresentado na segunda-feira passada, pelo Dr. Daniel Montandon, nosso Diretor de Uso, aqui em São Paulo. Ele é da maior competência e nós não temos nenhuma vergonha

de mostrar.

E, sim, estávamos devendo. E aí não tem ainda o Estado, que tem a ver com a situação do saneamento e que foi colocada aqui muito bem. Parabéns para quem colocou essa dívida nossa. Temos de trabalhar muito para que possamos cumprir com vocês tudo isso que pediram.

O Edivan falou sobre faculdade, e a situação de colocar no zoneamento para poder atender a necessidade da região. É verdade. Temos sim, e se você tiver alguma especificidade, algum imóvel, alguma estrutura que está fora - é interessante nós olharmos, de repente, ficou. Mas a Lei de Zoneamento que foi para a Câmara, ela parte de uma cidade existente. Ela não foi desenhada dentro de algum escritório, com ar-condicionado, sonhando. Partiu de uma necessidade existente, por isso ela está muito próxima da realidade. Não estamos falando nem mostrando nada que não seja real.

Por isso é importante essa situação que você colocou. No caso das escolas e faculdades, com certeza vai poder fazer, sim. Hoje pode fazer na Cidade toda. O nobre Vereador Gilson Barreto estava falando sobre uma lei que temos, e podemos fazer, inclusive, dentro do sistema de área verde, porque é muito pequeno o impacto. Não vai ser necessário derrubar árvore em lugar nenhum, principalmente em algumas áreas que são parques e áreas que são degradadas, além de o Município recompor a mesma área à medida que usá-la.

Hoje tem 70 equipamentos programados. Isso não dá mais do que 35 mil metros quadrados de área a ser utilizada no Município de São Paulo inteirinho, para atender esses 70 equipamentos.

A Josiane fez uma afirmação que é importante. Temos uma preocupação muito grande com o uso desse solo. É muito importante, foi muito importante a lei de 1975 para cá, a Lei dos Mananciais. Tem muita coisa que não pode, mas nós sabemos exatamente que a Lei de Zoneamento deixa muito mais claro o que não pode e como drenar tudo isso.

O Eduardo fez também uma colocação muito interessante com relação ao

desenvolvimento dessa região. Isso está escrito, e eu gostaria que vocês, depois, quando tiverem oportunidade, peguem o Plano Diretor Estratégico - os artigos 188, 189 e 190 -, que teve uma discussão muito grande. O Ricardo participou muito dessa discussão lá, e ela tratava exatamente do Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável. É um capítulo que já é lei, já está valendo, e agora é hora de aplicar. É onde fala da implementação de Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável nessas áreas, além de promover parcerias com os Governos Estadual e Federal, incluindo Escola Técnica de Agroecologia, e também programas de melhorias das estradas vicinais rurais e viabilizar a construção de entreposto de comercialização e distribuição de produtos agropecuários. Tudo isso nessa região.

E ainda: garantir a introdução de alimento orgânico, produzido no Município de São Paulo, na merenda escolar, na alimentação escolar. E isso multiplicou-se por quase cinco em dois anos. Multiplicou muito o aumento da compra da agricultura familiar e da agricultura orgânica.

Prevê também fortalecer a ampliação e fiscalização ambiental. Isso já está contemplado. O José Gonçalves fez uma afirmação muito importante com relação à lei antiga, do Vereador Adriano Diogo, que é a Lei das Piscininhas. E você tem toda razão, José. A grande parte desse território, depois você olha no mapa e observe: a parte que está em cinza é a zona rural. Não se obriga a cumprir a chamada cota ambiental pelo uso, pela forma do coeficiente, da taxa de ocupação que se usa no solo.

Mas temos, aqui, a cota ambiental, a qual vai ter obrigação de ser seguida para qualquer construção acima de 500 metros de terreno, ou reforma com ampliação. E, na obrigação de cumprir a cota ambiental, tem de fazer a chamada área de reservação – espaço de reservação –, que é a piscininha e, no mínimo, 6,3 litros para cada metro de lote.

Então um lote de 500 metros não vai poder ter menos do que 3.000 litros de reservação. E, à medida que for aumentando o lote, é assim. Essa cota depende de treze perímetros. Está aqui, no desenho; depois você pode olhar. Isso está mantido.

A Lei das Piscininhas foi um grande avanço na lei anterior, à época do Vereador Adriano Diogo. Está valendo até agora. Só que, de agora para a frente, como o meio ambiente foi muito agredido, vai precisar ter uma situação muito maior, que é a situação da discussão da drenagem, do verde, e de cada uma delas.

Sobre o adensamento, que a Sueli falou, é muito preocupante sim, mas, nas zonas eixos de proteção ambiental, a permissão de identificação não pode ultrapassar 28 metros, usando apenas metade do terreno. E nas zonas de centralidade ambiental, não pode passar de 20 metros, usando só metade do terreno.

O João Santos falou do mapa de risco. Nós temos o mapa de risco, ele está incluído dentro de alguns espaços de ZEIS 1. Nós conhecemos cada uma dessas áreas, e é prioridade tratar delas primeiro.

O nosso amigo Juarez, do Cocaia, que falou da ZEIS 1 que tem processo em andamento da regularização, o Sr. Prefeito entregou domingo - sábado passado - 2.500 regularizações fundiárias na zona Leste de São Paulo. Então, isso está tramitando. À medida que está saindo, você deixa de ser ZEIS 1 para ser uma Zona Mista de Interesse Social. Você tem a regularização fundiária; inclusive, a atividade comercial local passa a ser regular também.

Os demais insistiram muito no compromisso com as ZEISs e Zepams. Realmente, a nossa ideia não é marcar ZEIS e tirar Zepam, e nem deixar agredir mais nada que envolva Zepam.

O Dino falou a respeito de prédios na orla, e toda situação que envolve Zona de Corredor Ambiental, nenhuma delas pode construir mais do que dez metros de altura. E, nas Zonas de Centralidade Ambiental, não mais do que 20.

Portanto, verticalização, seguramente, não é permitida pela Lei de Zoneamento. Alguma situação diferente, por favor, pode mandar para nós, você tem o número do seu protocolo recebido aqui, hoje. Pode pedir para inserir, no seu protocolo, alguma sugestão.

Todas as sugestões são recebidas pela Câmara.

E a Maria do Socorro, que fez um comentário com relação à linguagem. Precisamos mesmo passar as coisas com uma linguagem mais próxima do entendimento de vocês. Cada vez mais nós temos tentado.

O Dantas falou de uma área próxima ao Varginha, de um milhão de metros quadrados. Vamos estudar essa área e procurar pedir à Assessoria para localizar e, assim, sabermos exatamente do que se trata. De repente nós não temos oportunidade de atender.

No mais, essas são as considerações que fiz rapidamente. Não é para responder um a um, mas as falas foram muito boas e muito produtivas. Não deixem de entrar na internet, no *site* da Câmara; peguem a Lei de Zoneamento e coloquem mais sugestões.

Se você já tem o número do protocolo, faça a citação dele, porque ele vai se juntando ao Relatório no sentido de se ter a maior possibilidade de atender vocês.

Mais uma vez, muito obrigado pela atenção e pelo carinho com que fomos recebidos aqui. Agradeço à Diretora do CEU, pelo carinho com que nos recebe, mais uma vez, aqui, e pela atenção – como citado aqui pelos colegas Vereadores. Laura, você que representa o Governo aqui, hoje, e representa o Secretário Fernando Mello Franco, muito obrigado por sua atenção e carinho.

A Laura é técnica, e é por isso que estamos respondendo para quem pudermos, numa linguagem mais próxima de vocês. A linguagem técnica, que foi muitas vezes criticada, ela é muito importante, pois, a cada momento, eu vou lá e pergunto se está certo ou não. É que, sem o técnico, não conseguimos fazer a área da política urbana. A política urbana precisa nascer em cima de formações absolutamente técnicas. Não podemos pisar na área técnica, porque nós acabamos escorregando e caindo, além de incorrer em erros.

Muito obrigado, novamente. Um bom dia a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Já estou encerrando, mas, antes, quero dizer que teremos audiência pública, hoje ainda, das 14h às 17h, em Parelheiros, na Rua José

Pedro de Borba nº 20, no CEU Parelheiros.

Já na segunda-feira, teremos, na Câmara Municipal de São Paulo, outra audiência pública, que vai tratar sobre o desenvolvimento das atividades produtivas, zonas de desenvolvimento econômico e zonas predominantemente industriais. Será das 19h às 22h.

Agradeço a todos e, principalmente, a quem nos recebeu neste local.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos os nossos trabalhos.